

# Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa



**2025**

# Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa



Em alinhamento com a resolução CNJ 594/2024

## 2025

## COMPOSIÇÃO

Des. Fábio José Bittencourt Araújo  
**DESEMBARGADOR-PRESIDENTE**

Des. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho  
**VICE-PRESIDENTE**

Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly  
**CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

Desa. Elisabeth Carvalho Nascimento  
Des. Otávio Leão Praxedes  
Des. Alcides Gusmão da Silva  
Des. Tutmés Airan de Albuquerque Melo  
Des. Klever Rêgo Loureiro  
Des. Paulo Barros da Silva Lima  
Des. Fernando Tourinho de Omena Souza  
Des. João Luiz Azevedo Lessa  
Des. Domingos de Araújo Lima Neto  
Des. Orlando Rocha Filho  
Des. Ivan Vasconcelos Brito Junior  
Des. Fábio Costa de Almeida Ferrario  
Des. Paulo Zacarias da Silva  
Des. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

### Juizes auxiliares da Presidência

Dra. Livia Maria Mattos Melo Lima  
Dr. Thiago Augusto Lopes de Moraes  
Dra. Carolina Sampaio Valões da Rocha Coêlho

### Comissão Ambiental

Mário de Medeiros Rocha Filho  
**JUIZ DE DIREITO**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO AMBIENTAL**

Paulo Vitor Ramos de Andrade  
Jose Hercílio Silva Cavalcante  
Ivana Attanasio Andrade  
Carolina Rocha Mota Brugnera  
Joceline Costa Duarte Damasceno  
Mirela dos Santos Souza  
Joel Cardoso de Alcantara  
Diego Silveira Soares  
Marieta Lima de Oliveira  
Mariana Valente de Lima Mendonca Costa  
José Ronaldo Brandão Magalhães  
Eliane Silva do Nascimento

**Elaboração:**

**ASSESSORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA ESTRATÉGICA**

Clóvis Gomes da Silva Correia  
**ASSESSOR-CHEFE**

**DIVISÃO DE SUSTENTABILIDADE**

Eliane Silva do Nascimento  
Edmar Lima Dias Neto

# Sumário

01	<b>Dados da organização</b>	06
02	<b>Informações institucionais</b>	07
03	<b>Alinhamento Estratégico TJ/AL 2021-2026</b>	08
04	<b>Motivo para elaboração do IGEE</b>	08
05	<b>Metodologia</b>	08
06	<b>Dados do ano inventariado</b>	09
07	<b>Resultados do inventário de emissões</b>	10
08	<b>Limites</b>	12
09	<b>Resumo das emissões por percentual, escopo e categoria</b>	16
10	<b>Considerações finais</b>	19
11	<b>Apêndice</b>	22
12	<b>Referências</b>	28

## 01. Dados da Organização

**Razão social:** Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

**Nome fantasia:** Alagoas TS

**Endereço:** Praça Marechal Deodoro, 319, Centro, Maceió/AL

**CNPJ:** 12.473.062/0001-08

**Atividade econômica principal:** Administração pública em geral

**Ano de Publicação:** 2025

### Contatos:

 [presidencia@tjal.jus.br](mailto:presidencia@tjal.jus.br)

 (82) 4009-3278

 tjal.oficial

## 02. Informações institucionais



“

Mais do que um registro técnico, este Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, relativo ao período de 2025, materializa a transição do Tribunal de Justiça de Alagoas para um modelo de governança de baixa emissão de carbono. Em estrita observância à Resolução CNJ nº 594/2024 (Programa Justiça Carbono Zero), reafirmamos nossa responsabilidade climática por meio da transparência e do uso racional de recursos. Nossa estratégia busca o equilíbrio entre a prestação jurisdicional de excelência e a preservação ambiental, assegurando que o legado do TJAL para as futuras gerações seja pautado pela sustentabilidade e pela ética ecológica.

**Fábio José Bittencourt Araújo**  
**Presidente do TJ/AL**

**Missão:** Contribuir para a paz social por meio da prestação de serviços jurisdicionais acessíveis, efetivos e em tempo razoável.

**Visão:** Até 2026, ser reconhecido pela sociedade como justiça célere e efetiva, fundamentada nos valores institucionais e estar entre os melhores tribunais estaduais de porte semelhante na prestação jurisdicional.

**Valores institucionais:** Acessibilidade, Celeridade, Cordialidade, Efetividade, Eficiência, Ética, Humanização, Imparcialidade, Impessoalidade, Inovação, Probidade, Qualidade, Responsabilidade e Transparência.

### 03. Alinhamento Estratégico TJ/AL 2021-2026

Este inventário de gases de efeito estufa alinha-se à estratégia organizacional, revisada por meio da Resolução TJAL nº 6/2025, que em sua análise observa a tendência atual de Proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, destaca, dentre os valores, a Responsabilidade Social e Ambiental, e define o Macrodesafio 7: Promoção da Sustentabilidade. Em seu desdobramento, prevê a Ação: Promoção da implementação das medidas estabelecidas na Resolução CNJ nº 594 de 08/11/2024, que institui o Programa Justiça Carbono Zero e altera a Resolução CNJ nº 400/2021.

### 04. Motivo para elaboração do IGEE

Atendendo à Resolução CNJ nº 594/2024, objetiva-se promover a descarbonização do Poder Judiciário de Alagoas, por meio de ações para medir, reduzir e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), resultantes do funcionamento dos órgãos que o integram. Reforça-se, assim, a responsabilidade ambiental, estabelecendo uma referência para monitoramento e planejamento das ações futuras.

### 05. Metodologia

A fundamentação metodológica seguiu os preceitos do Programa Brasileiro GHG Protocol, versão 2026.0.1. O referido protocolo disponibiliza diretrizes globais para o gerenciamento de emissões de gases de efeito estufa (GEE) tanto do setor público como do privado. Sua implementação no Brasil ocorreu em 2008, sob a coordenação do FGVces e WRI, consolidada pela aliança entre o Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e o World Business Council for Sustainable Development (WBSCD).

## 06. Dados do ano inventariado

**Número de servidores:** Em 2025, este Poder contava, entre desembargadores, magistrados, servidores efetivos, comissionados, colaboradores temporários e estagiários, com um total de 3.657 (três mil, seiscentos e cinquenta e sete) integrantes.

**Resumo dos serviços prestados:** Os serviços prestados pelo TJAL têm como principal objetivo facilitar o acesso dos cidadãos à Justiça, promovendo o controle social, a transparência, a eficiência e a qualidade no atendimento. Além da atuação jurisdicional por meio das unidades judiciárias de 1º e 2º graus, o TJAL também desenvolve ações complementares, como Justiça Itinerante, Programa Moradia Legal, Peticionamento eletrônico, Emissão e download de certidões online. Entre outras iniciativas que ampliam o alcance e a efetividade dos serviços oferecidos à população. Essas ações reforçam o compromisso do Tribunal com a modernização, a inclusão e a promoção de uma Justiça mais acessível e cidadã.

**Total de área construída:** 178.802,12 m<sup>2</sup>

**Quantidade de prédios:** 96

**Quantidade de comarcas:** 54

**Quantidade de fóruns regionais:** 2

**Ano:** 2025

**Contatos do Responsável pela elaboração:**

 [socioambiental@tjal.jus.br](mailto:socioambiental@tjal.jus.br)

 (82) 4009-3222

## 07. Resultados do inventário de emissões

Estabelecidos os limites do inventário e identificadas as fontes de emissão, o cálculo foi realizado por meio da ferramenta do Programa Brasileiro GHG Protocol (versão 2026.0.1). Os dados foram fornecidos pela Diretoria Adjunta de Infraestrutura de Obras e Serviço - DINFRA, pela Subdireção, pelo setor de transportes e pelo Cerimonial do TJAL, conforme as competências e atribuições específicas de cada unidade. As emissões das atividades do TJAL no ano de 2025 totalizaram 426,472 tCO<sub>2</sub>e. A fonte de maior impacto, responsável por 67% do total inventariado, foi a categoria de combustão móvel (frota própria), seguida pelas viagens aéreas (14%) e pelo consumo de energia elétrica (12%).

Escopo	FONTES DE EMISSÃO		RESULTADOS	
	Categorias	Descrição	Emissões (tCO <sub>2</sub> e)	(%)
Escopo 1	Combustão estacionária	Gerador de energia	15,097	4%
	Combustão móvel	Frota própria	287,138	67%
	Emissões Fugitivas	Uso HFC (R-410A) em ar condicionado	15,64	3%
		Recarga de CO <sub>2</sub> de extintores	0	0%
Total Escopo 1			317,875	74%
Escopo 2	Compra de energia elétrica	Compra energia elétrica - Localização	50.427	12%
Total Escopo 2			50,427	12%
Escopo 3	Viagens aéreas	Viagens aéreas executivas	58.17	14%
Total Escopo 3			58,17	14%
Total Emissões (E1+E2+E3)			<u>426,472</u>	100%

Tabela 1 - Emissões de GEE total do TJAL em 2025

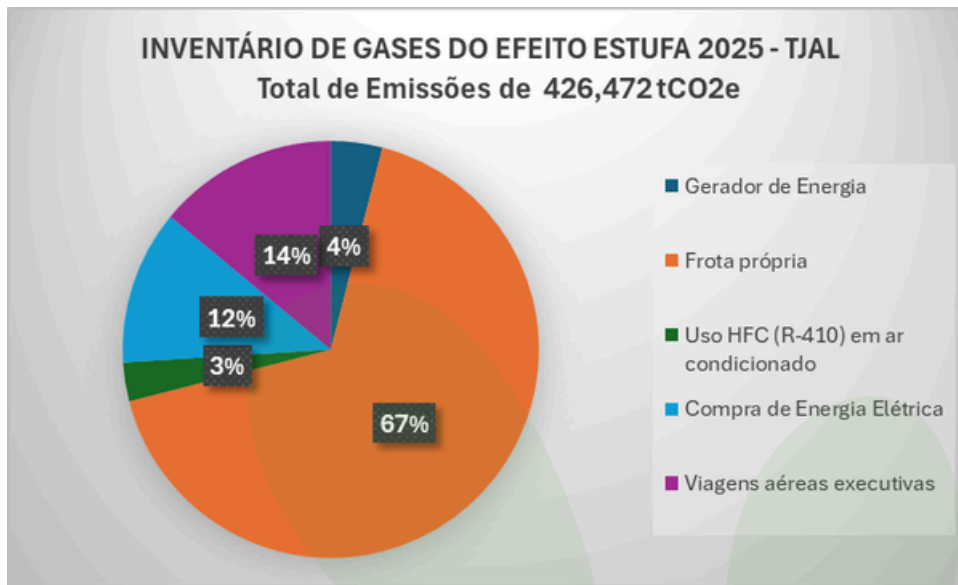


Figura 1 - Emissão total em percentual do TJAL em 2025

Em 2025, as emissões de gases de efeito estufa totalizaram 426,472 tCO<sub>2</sub>e. Esse resultado representa uma redução significativa de aproximadamente 68,93% no período analisado, em relação a 2024, que foi de 1.373 tCO<sub>2</sub>e.

A expressiva queda nas emissões indica um avanço relevante nas iniciativas de gestão ambiental e eficiência operacional, refletindo o compromisso da organização com a mitigação de impactos climáticos e a sustentabilidade de suas operações.

A principal fonte de emissões é a frota própria, que responde por 67% do total registrado. Esse dado evidencia que o consumo de combustíveis fósseis nos veículos institucionais constitui o maior fator de impacto climático da organização. Diante desse cenário, identificam-se oportunidades estratégicas para mitigação, como a modernização da frota, a adoção de veículos elétricos e a implementação de medidas de otimização logística. Em seguida, destacam-se as viagens aéreas executivas, que representam 14% das emissões. Esse percentual é relevante e aponta para a necessidade de avaliar políticas de deslocamento corporativo, incluindo priorização de reuniões virtuais ou compensação de carbono. A compra de energia elétrica corresponde a 12% das emissões, refletindo o impacto indireto do consumo energético. Já o uso de gases refrigerantes do tipo HFC (R-410) em sistemas de ar-condicionado contribui com 3%, enquanto o uso de gerador de energia representa 4% das emissões totais.

De forma geral, o perfil de emissões demonstra forte concentração em fontes móveis e indiretas, indicando que ações focadas principalmente na gestão da frota e na redução de viagens podem gerar impactos significativos na redução das emissões futuras.

## 08. Limites

**Limites geográficos:** Neste inventário, foram incluídas todas as fontes de emissões do TJAL localizadas em território alagoano. Informações relacionadas a viagens aéreas incluem as emissões associadas a percursos que iniciaram ou terminaram em Alagoas, mesmo que parte dessas emissões, realizada em trechos específicos, possa ter ocorrido fora dos limites estaduais.

**Limites organizacionais:** A estratégia utilizada foi a de contabilizar as emissões de GEE para todo o Poder Judiciário de Alagoas, utilizando-se os dados que já se encontram concentrados nos sistemas de controle e que são referentes a todas as unidades da capital e do interior, envolvendo os 102 municípios do estado de Alagoas para o ano-referência de 2025. Pelas características organizacionais do TJAL, foi utilizada a abordagem de controle operacional. Nessa abordagem, a organização responde por 100% das emissões de fontes que estejam sob seu controle operacional. Este documento leva em consideração a elaboração de cálculos por meio da metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, como orienta o artigo 4º da Resolução CNJ nº 594/2024.

link: <https://apmp.tjal.jus.br/apmp.php?pag=APMPJuridicaoComarca>

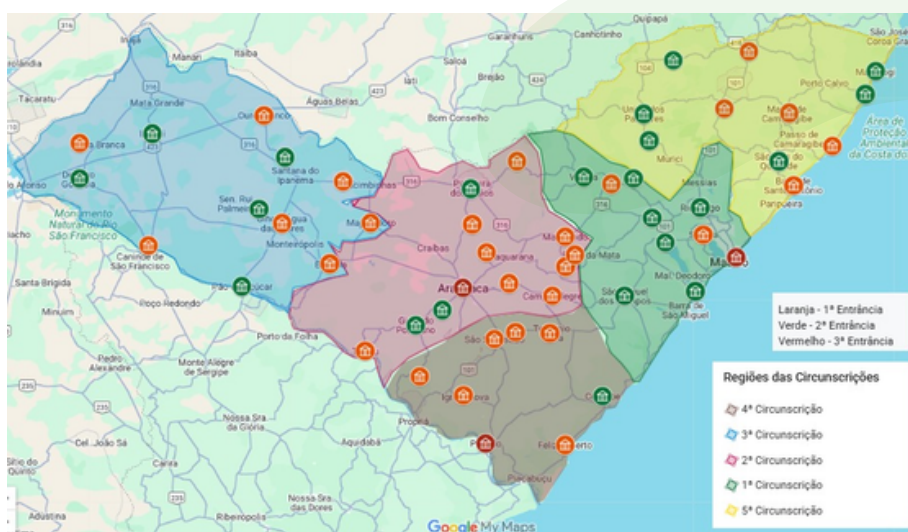


Figura 2 – Mapa com a localização das comarcas do TJAL

**Limites operacionais:** As emissões diretas de GEE são emissões provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela organização, já as indiretas são aquelas resultantes das atividades da organização inventariante, mas que ocorrem em fontes que pertencem ou são controladas por outra organização. Como forma de ajudar a delinear as fontes de emissão direta e indireta, melhorar a transparência e ser útil a diferentes tipos de organizações, são estabelecidos três “escopos” ou “âmbitos” de emissões para fins de contabilização e elaboração do inventário. Dentro dos limites operacionais deste inventário, foram considerados para identificação das fontes de emissão todos os 99 imóveis (próprios, locados, cedidos etc.) utilizados pelo TJAL em 2025, incluindo o edifício-sede, Ed. Edgar Valente de Lima.

## Escopo 1

As emissões diretas de GEE são provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela organização. O GHG Brasil classifica as emissões diretas de Escopo 1 em: combustão estacionária e móvel, processos industriais, resíduos sólidos e efluentes líquidos, fugitivas, agrícolas e mudanças no uso do solo. No TJ/AL, foram identificadas: Combustão Estacionária: consumo de óleo diesel pelos geradores de energia localizados em prédios do TJ. São 11 geradores de eletricidade utilizados em caso de queda de energia; Combustão Móvel: frota de veículos (gasolina, etanol, óleo diesel, e; Emissões Fugitivas: Sistemas de ar-condicionado e extintores de CO<sub>2</sub>.

## Escopo 2

Refere-se a emissões indiretas decorrentes da compra de energia. No TJAL refere-se à eletricidade adquirida, subtraída da energia produzida.

## Escopo 3

Refere-se às emissões indiretas às atividades do TJAL, provenientes de fontes que não são de propriedade ou controle direto do tribunal. Neste inventário, foram quantificadas as emissões de gases de efeito estufa (GEE) na categoria de Viagens a Negócios: Emissões geradas por deslocamentos realizados por servidores do TJAL para fins profissionais via transporte aéreo.

Impende destacar que o Poder Judiciário de Alagoas conta com uma usina fotovoltaica, inaugurada em 1º de novembro de 2024, contendo seis mil placas solares, que geram até 5,7 megawatts-hora por ano. É energia limpa que está sendo levada para os prédios do Poder Judiciário. A Usina irá contribuir com redução de 325 toneladas de CO2 por ano.



Figura 3 - Usina conta com 6 mil placas solares e capacidade para gerar até 5,7 megawatts-hora por ano. Foto: Maykon Farias - TV Tribunal.

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) implementou, em 2025, a expansão de energia fotovoltaica em algumas de suas unidades. Com a instalação de placas e inversores (conforme dados técnicos apresentados na tabela 2), o sistema já está em funcionamento, contribuindo para a redução das emissões de CO2 na atmosfera.

Temos ainda mais duas unidades com instalação de placas fotovoltaicas previstas para entrega em 2026: A unidade da nova sede administrativa do Tribunal de Justiça de Alagoas e a unidade que fica na cidade de São Luiz do Quitunde-AL.

UNIDADE	QUANT. MÓDULOS	POTÊNCIA/PLACA EM WATTS	QUANT. QUILOWATTS
Sede do Tribunal de Justiça	489	555	271,40 kWp
Marechal Deodoro	416	555	230,88 kWp
Rio Largo	597	555	331,34 kWp
Fórum da Capital	1.103	555	612,17 kWp
ESMAL	259	555	143,45 kWp

Tabela 2 - Instalações de placas em unidades do TJAL em 2025

### Emissões consolidadas, em toneladas de CO<sup>2</sup> equivalente (tCO<sup>2</sup>e):

Apresenta as emissões totais de gases de efeito convertidos em toneladas métricas de CO<sub>2</sub> equivalente (tCO<sub>2</sub>e), considerados o GWP<sup>1</sup> de cada gás (ou composto). Para fins de compensação de emissões, são esses os valores que devem ser considerados para se alcançar a neutralidade de carbono.

<sup>1</sup> GWP, ou Potencial de Aquecimento Global, é uma medida da capacidade de um gás de efeito estufa (GEE) em contribuir para o aquecimento global, comparado ao dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), que tem um GWP de 1. É usado para avaliar o impacto ambiental de diferentes gases em termos do seu potencial de aquecimento.

## 09. Resumo das emissões por percentual, escopo e categoria

**Emissões por escopo:** A figura 4 mostra as emissões classificadas por escopo, aqui se observa que o escopo 1 foi o mais relevante, com 74% das emissões totais, já o escopo 2 teve 12% e escopo 3, com 14% das emissões totais.

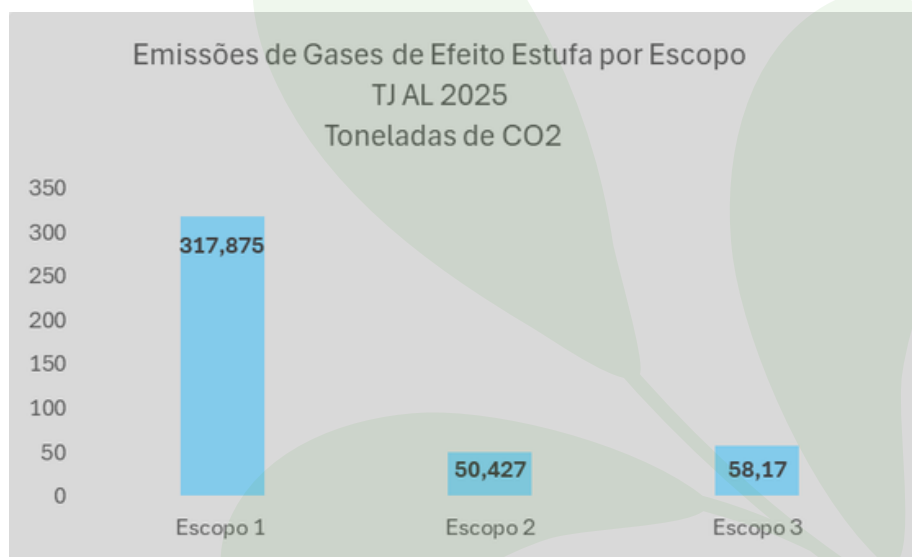


Figura 4 – Gráfico de emissões por escopo do TJAL em 2025

**Emissões por categoria da fonte:** O Inventário de GEE do TJAL contemplou 6 categorias de fontes de emissão no ano 2025. A emissão mais relevante foi relacionada a combustão móvel da frota própria, representando 67% do total das emissões deste Inventário, como pode ser visto na Figura 5.

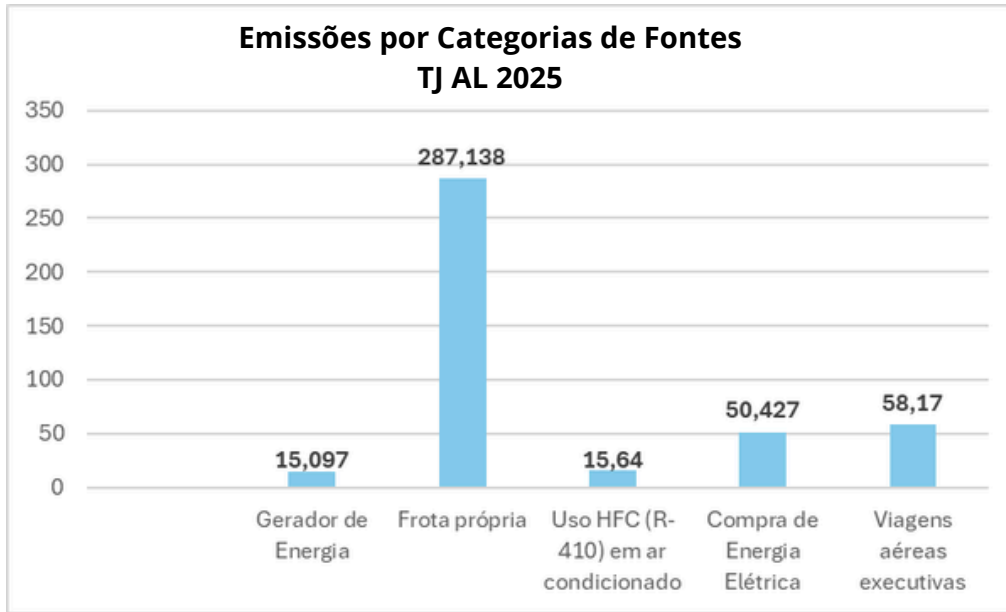


Figura 5 – Emissões por categoria de fontes do TJ AL em 2024

A emissão de 0,16 toneladas de CO<sub>2</sub> na categoria de emissões fugitivas da recarga de extintores é considerada zero porque ela geralmente fica abaixo do limite de materialidade (*fontes de minimis*) do inventário de gases de efeito estufa, sendo pequena demais para impactar o resultado final ou exigir ações de compensação.

**Emissões por tipo de GEE:** O relato das emissões tipo de GEE é importante para ajustes dos resultados quando o GWP (Potencial de Aquecimento Global) é alterado em anos futuros.

GEE	Emissões	
	(tGEE)	(tCO <sub>2</sub> e)
CO <sub>2</sub>	402,22	402,22
CH <sub>4</sub>	0,06	1,58
N <sub>2</sub> O	0,03	7,18
HFC (410-a)	0,45	15,49
	<b>Total</b>	<b>426,47</b>

Tabela 3 – Emissões por GEE inventariado do TJ AL em 2024

**Emissões de CO2 biogênico:** As emissões de dióxido de carbono biogênico (CO2 biogênico) são resultantes da queima da biomassa na frota própria e da queima de óleo diesel nos geradores. Estas emissões são mensuradas e relatadas em separado porque são consideradas carbono neutro. Isso se deve ao fato de que, durante o crescimento da planta que deu origem à biomassa, ela absorve CO2 da atmosfera para realizar a fotossíntese. Essa prática segue uma convenção internacional recomendada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC <sup>2</sup>. Neste inventário do TJAL, as emissões de CO2 biogênico deram-se devido à queima do biodiesel (B100) presente no óleo diesel comercial usado nos geradores de energia e na frota própria e devido à queima de etanol utilizado nos veículos flex e ao uso de gasolina comercial, que em 2025 era composta por 30% de etanol na sua composição.

Fonte de emissão	Emissão de CO2 biogênico	(%)
Gerador de energia	2,358	4%
Frota própria	59,102	96%
Total	<b>61,460</b>	<b>100%</b>

Tabela 4- Emissões de CO2 biogênico do TJAL em 2024

<sup>2</sup> IPCC Good Practice Guidance - recomenda que as emissões de CO2 de origem biogênica sejam relatadas a fim de fornecer informações completas, devendo, portanto, ser reportadas, mas não são incluídas no total do inventário de GEE. Além do CO2, a queima da biomassa emite os gases CH4 e N2O, mas estes devem ser incluídos no inventário pois não são absorvidos na fotossíntese e são relatados no Inventário.

## Emissões não controladas pelo Protocolo de Quioto:

Neste Inventário, as emissões não controladas pelo Protocolo de Quioto referem-se aos gases de efeito estufa controlados pelo Protocolo de Montreal. Estes gases são gases destruidores da camada de ozônio e são contabilizados em separado em nível global. Eles também apresentam as propriedades de gases de efeito estufa, por isso são considerados no inventário de GEE mas declarados em separado. Foi utilizado o gás refrigerante do tipo HCFC-22 (R-22) em ar condicionado. As emissões resultaram em 98,73 tCO<sub>2</sub>e. O Inventário de Emissões de GEE do TJ AL em 2025 considerou todas as unidades da organização, e apresentou o resultado total de 426,47 tCO<sub>2</sub>e.

O TJ AL, a fim de atender à Resolução CNJ nº 594/2024, apresentou pelo menos 3 projetos de descarbonização até 30 de setembro de 2025.

## 10. Considerações finais

O Inventário de Emissões de GEE do TJAL em 2025 considerou todas as unidades da organização e apresentou o resultado total de **426,47 tCO<sub>2</sub>e**. Os resultados mostraram que a fonte de emissão mais relevante de emissões de CO<sub>2</sub> foi a frota própria, responsável por 67% do total registrado, evidenciando que o consumo de combustíveis fósseis nos veículos institucionais constitui o maior fator de impacto climático da organização.

Mais do que um registro técnico, este Inventário materializa a transição do Tribunal de Justiça de Alagoas para um modelo de governança de baixa emissão de carbono... assegurando que o nosso legado seja pautado pela sustentabilidade e pela ética ecológica.

O TJAL já iniciou em 2026 a redução de consumo de gasolina nos automóveis, passando a utilizar mais etanol na frota flex. Seguiremos com estudos e planejamento para compra de carros híbridos.

O TJ AL, a fim de atender à Resolução CNJ nº 594/2024, implementou pelo menos 3 ações voltadas à redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 30 de setembro de 2025. No Escopo 1, destacou-se a aquisição de equipamentos de ar-condicionado que utilizam gases refrigerantes com baixo potencial de aquecimento global (GWP). No Escopo 2, foram instaladas novas placas solares em diversas unidades do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), contribuindo para a redução das emissões associadas ao consumo de energia elétrica. Já no Escopo 3, houve diminuição na quantidade de viagens aéreas, refletindo uma gestão mais sustentável dos deslocamentos institucionais.

Foram iniciados estudos para reflorestamento em parceria com o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), com a meta de plantar em torno de 600 mudas de espécies nativas da caatinga em área localizada no município de Delmiro Gouveia. Nesse contexto, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL) vem promovendo ações de compensação de CO<sub>2</sub> por meio de iniciativas de reflorestamento, contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais, a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento das práticas de sustentabilidade no estado de Alagoas. O Tribunal continuará empenhado no cumprimento de suas metas de descarbonização, fortalecendo iniciativas que promovam a redução contínua de seu impacto climático.

## Além da Mitigação: O Caminho da Compensação

Projetos de descarbonização ativos para neutralizar a pegada residual do TJAL.



## Governança, Metodologia e Transparência



### Metodologia

Fundamentação técnica seguindo os preceitos do Programa Brasileiro GHG Protocol (versão 2026.0.1) e as diretrizes globais do FGVces e WRI.



### Execução

Elaborado pela Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGE) e pela Divisão de Sustentabilidade.

O Tribunal continuará empenhado no cumprimento de suas **metas de descarbonização** para as futuras gerações.

[socioambiental@tjal.jus.br](mailto:socioambiental@tjal.jus.br) | (82) 4009-3222

## 11. Apêndice

**APÊNDICE 1:** Os cálculos das emissões de GEE foram realizados com o uso da ferramenta do Programa Brasileiro GHG Protocol, versão 2026\_v.01.

### APÊNDICE 2: Dados de atividades

Fontes de emissão			Dados de atividades			Responsável pelas informações	Fonte (Evidências)
Escopo	Categoria	Descrição	Combustível / Insumo/ Dados	Quantidade	Unidade de medida		
Escopo 1	Combustão estacionária	Consumo de óleo Diesel utilizado em Geradores do TJ AL	Óleo diesel	6.659	litros	Departamento de Gestão e contratos	ABASTECIMENTO DE BOMBONAS EM POSTOS CREDENCIADOS - RELATÓRIO DO SISTEMA NEOFACILITIES

Fontes de emissão			Dados de atividades			Responsável pelas informações	Fonte (Evidências)
Escopo	Categoria	Descrição	Combustível / Insumo/ Dados	Quantidade	Unidade de medida		
Escopo 1	Combustão móvel	Frota própria de veículos	Gasolina C	82.691,68	litros	Setor de Transporte/ DGC	SISTEMA NEOFACILITIES
			Óleo diesel	64.988,50	litros		
			Etanol hidratado	107,01	litros		

Fontes de emissão			Dados de atividades			Responsável pelas informações	Fonte (Evidências)
Escopo	Categoria	Descrição	GEE	Quantidade	Unidade de medida		
Escopo 1	Emissões Fugitivas	Recarga de extintores de CO2	CO2	162	kg	Declaração da prestadora de serviço de recarga dos extintores.	DGC – Gestão de Contratos
		Consumo de gás refrigerante em aparelho de ar condicionado	(HFC)R-410A	221,5	kg	Declaração da prestadora de serviço .	Setor de patrimônio do TJ Alagoas

Fontes de emissão			Dados de atividades			Responsável pelas informações	Fonte (Evidências)
Escopo	Categoria	Descrição	Insumo	Quantidade MWh	Unidade de medida		
Escopo 2	Consumo de energia adquirida	Compra de energia elétrica - abordagem localização	Eletricidade	1.477.889	MWh	DGC/TJAL	Faturas mensais de Energia - EQUATORIAL

Fontes de emissão			Dados de atividades			Responsável pelas informações	Fonte (Evidências)
Escopo	Categoria	Descrição	Insumo	Quantidade	Unidade de medida		
ESCOPO 3	Viagens a negócios	Viagens executivas em aviação comercial	Tabela de rotas consideradas em anexo (pasta "Rotas viagens aéreas")			Cerimonial/TJ AL	Planilhas de controle do Cerimonial

### Dados de GEE não controlados pelo Protocolo de Quioto:

Fontes de emissão		Dados de atividades			Responsável pelas informações	Fonte (Evidências)
Categoria	Descrição	Insumo	Quantidade	Unidade de medida		
Emissões Fugitivas	Uso de gases refrigerantes em ar-condicionado	R-22	56,1	kg	Setor de patrimônio do TJ Alagoas	Declaração da prestadora de serviço

### APÊNDICE 3: Resumo das emissões totais de GEE (GHG PROTOCOL) 2026.0.1

Emissões consolidadas, por tipo de GEE e escopos				
	Emissões em toneladas métricas, por tipo de GEE			
GEE (t)	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 2 (abordagem por "escolha de compra")	Escopo 3
CO2	294,343319	50.426,96	-	57,450971
CH4	0,056136	-	-	0,000359
N2O	0,024457	-	-	0,002658
HFCs	0,045795			-

Emissões consolidadas, por tipo de GEE e escopos				
	Emissões em toneladas métricas de CO2 equivalente (tCO2e)			
GEE (t)	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 2 (abordagem por "escolha de compra")	Escopo 3
CO2	294,343	50.426,96	-	57,451
CH4	1,572	-	-	0,01
N2O	6,481	-	-	0,704
HFCs	15,483			-
PFCs	-			-
SF6	-			-
NF3	-			-
Total	317,879	50.426,96	-	58,165

### Emissões de CO2 biogênico

	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 2 (abordagem por "escolha de compra")	Escopo 3
CO2 (t)	61,46	-	-	-
CH4 (t)				
N2O (t)				
HFC (t)				
PFC (t)				
SF6 (t)				
NF3 (t)				
<b>Emissões de CO2 biogênico (t)</b>	<b>61,459587</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### Emissões de outros GEE não regulados pelo Protocolo de Quioto

	Emissões por GEE (t)	Emissões em CO2e (t)
CFC-11	-	-
CFC-12	-	-
CFC-13	-	-
CFC-114	-	-
Tetracloro de carbono (CCl4)	-	-
Bromometano (CH3Br)	-	-
HCFC-21	-	-
HCFC-22 (R22)	<b>0,06</b>	<b>98,736</b>
HCFC-123	-	-
HCFC-225ca	-	-
HCFC-225cb	-	-

## Dados de GEE não controlados pelo Protocolo de Quioto:

Gás ou composto	GWP (AR5)	Fonte
HCFC-22 (R22)	1760	IPCC Fifth Assessment Report: Climate Change 2013 (AR5-horizonte 100 anos)

## Potencial de aquecimento global:

GEE	GWP - AR5	Fonte
CO2	1	5o. Relatório do IPCC - ano 2014
CH4	28	
N2O	265	
HFC- 410-A	1924	
GEE não Quioto	GWP - AR5	Fonte
HCFC-22	1760	5o. Relatório do IPCC - ano 2014

## 12. Referências

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3986>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 594, de 08 de novembro de 2024. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: Acesso em: 30 mar. 2026.

PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL. Contabilização, quantificação e publicação de inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Disponível em: Acesso em: 02 mar. 2026.

PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL. Nota técnica: definição das categorias emissões de gases de efeito estufa (GEE) de Escopo 1: versão 4.0. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/12733537-2672-4002-930f-29b6768e765c>>.

Acesso em: 10 mar. 2026.

PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL. Nota técnica: definição das categorias emissões de gases de efeito estufa (GEE) de Escopo 2: versão 1.0. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/8a88746d-55c2-4b04-9cec-65f73b56a483>>.

Acesso em: 10 mar. 2026.

PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL. Nota técnica: definição das categorias emissões de gases de efeito estufa (GEE) de Escopo 3: versão 2.0. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/655138ca-dd50-4c1b-bbe1-f161ec167221>>.

Acesso em: 10 mar. 2026.



**Divisão de  
Sustentabilidade**

**Acesse nosso Portal da Estratégia:**

<https://apmp.tjal.jus.br>